



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR PERMANENTE DE LICITAÇÕES - SPL/DAD/ANP/DGP/PF

Assunto: **Decisão do Pedido de Impugnação**

Destino: **CLOG/DIREN E SEF/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF**

Processo: **08204.002493/2023-32**

Interessado: **SEF/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF**

DECISÃO PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Pregão Eletrônico nº 90002/2024 (objeto: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados às atividades de Primeiros Socorros em Atividade Policial, em atendimento às necessidades da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF e da Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG/PF) Proc. Adm. nº08204.002493/2023-32

1.1 Empresa MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62, com sua sede na rua Zanzibar, Nº 980, CEP: 02.512-010, Casa Verde – São Paulo – SP, através de seu representante legal o Sr. MAGNO KARTON FREITAS RABELO, conforme e-mail anexo ao Sei nº 35722191, com fundamento nos itens 13.1 do Edital nº 90002/2024, Sei nº 35469419, apresentou impugnação ao instrumento convocatório, por meio do e-mail institucional selic.diren.anp@pf.gov.br, no dia 14/06/2024, às 11:46hs.

1.2. Empresa a Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brção 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, conforme e-mail anexo ao Sei nº 35723403, com fundamento nos itens 13.1 do Edital nº 90002/2024, Sei nº 35469419, apresentou impugnação ao instrumento convocatório, por meio do e-mail institucional selic.diren.anp@pf.gov.br, no dia 14/06/2024, às 14:56hs.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. aos termos do referido edital, pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

DA TEMPESTIVIDADE

O referido edital estabelece em seu item 13que:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. Grifo nosso."

2.2. O Decreto Federal nº 10.024/2019 regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada** para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3. O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia 20/06/2024, ou seja, até o dia 14/06/2024.

2.4. Desta forma, o pedido de impugnação ao edital das empresas: MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62 e Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32 são **tempestivos**.

3. DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Informo que a íntegra da peça está disponível no documento sei nºs 35769393 e 35769493 serão disponibilizados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2024/distrito-federal/pregao-eletronico/edital-e-anexos.zip/view> e transcrito para comprasnet.gov.br.

3.2. Resumidamente, o impugnante (MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62) questiona a legalidade do Edital no tocante à:

I - "REQUER, seja reavaliado o edital para inserção das exigências de Autorização de Funcionamento da Empresa emitida pela ANVISA e LICENÇA SANITÁRIA emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal na fase de habilitação em cumprimento da Lei 14.133/21 e todas as outras normas pertinentes ao assunto. Requer, ainda que a decisão da presente Impugnação seja devidamente fundamentada nos termos do Art. 2º e 50 da Lei Federal nº 9.784/99. Segundo, (MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020) o princípio da obrigatória motivação impõe à Administração Pública o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato."

3.3. Resumidamente, o impugnante (Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32) questiona a legalidade do Edital no tocante à:

I - "REQUER O acolhimento da presente impugnação, eis que faz parte; B. a este órgão licitante a reforma do edital DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024, de modo a ALTERAR o descritivo dos itens, para que demais empresas possam concorrer, eis que há vantagem para apenas alguns fabricantes. Também evitando que a presente licitação ser direcionada a um grupo específico de empresas, o que não se coaduna com os princípios legais do procedimento licitatório, sob pena de afronta a princípios constitucionais norteadores deste procedimento, por ser medida da mais pura e cristalina Justiça! C. Por fim, caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor"

4. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA E DO SETOR TÉCNICO

4.1. Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no Edital e Termo de Referência foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e ao decreto nº 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

4.2. Considerando manifestação do Setor Técnico quanto ao pedido de Impugnação apresentado pela MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, conforme transcrito abaixo:

"Considerando que a Autorização de Funcionamento (AFE) é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais;

Considerando que a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes das RDC 16/2014 E RDC 751/2022.

Considerando o interesse de aquisição de produtos de saúde e correlatos no objeto do Edital 900002/2024 (35469419).

*Conheço do pedido de impugnação da empresa **MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES** (35769393), e **julgo TEMPESTIVO e PROCEDENTE** a solicitação em desfavor ao Edital.*

Pelo exposto, encaminhe-se ao SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF para continuidade do processo licitatório com a devida RETIFICAÇÃO DO ITEM DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, INCLUINDO A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE AFE e LICENÇA SANITÁRIA emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal na fase de habilitação em cumprimento da Lei 14.133/21 e todas as outras normas pertinentes ao assunto."

4.3. Verifica-se que o pedido de impugnação (**MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES**) é tempestivo e que a área técnica corrobora com as alegações do impugnante, quanto a exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes das RDC 16/2014 E RDC 751/2022. , conforme Despacho exarado no bojo do processo sob nº SEI (35806565).

4.4. Considerando manifestação do Setor Técnico quanto ao pedido de Impugnação apresentado pela empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, conforme transcrito abaixo:

*"Em resposta ao pedido de impugnação da empresa **ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES** (35666716), este setor técnico recomenda o **DEFERIMENTO PARCIAL**, pelos motivos expostos abaixo:*

Com relação à cânula nasofaríngea, este setor recomenda o deferimento do pleito no tocante aos tamanhos. Em virtude da suspensão da licitação e com isso a possibilidade de mudança dos descritivos, deixaremos somente o tamanho 28 french, que está de acordo com a portaria 98/2022 do Ministério da Justiça, a qual regulamenta o APH no âmbito policial; bem como melhoraremos o descritivo deste material.

No tocante ao Bolso de APH com plataforma destacável, recomendo o INDEFERIMENTO. Trata-se da aquisição de um bolso comum no meio policial, haja vista a resistência, durabilidade e dimensões próprias que facilitam o trabalho policial. Tanto o tipo de material, cor ou tamanho NÃO são específicos da marca FOR HONOR, tanto que outras empresas de materiais táticos ofertam modelos muito parecidos. Portanto, o modelo FOR HONOR entrou como uma referência apenas, caso a empresa apresente produto similar com as mesmas especificações de material, tamanho aproximado, formato, peso, dimensão, bolsos, armazenamento interno, zíper, facilidade de abertura aceitaremos tranquilamente. À título de exemplo, o material CORDURA 500 é exigido devido à sua durabilidade e resistência, excelente para a atividade policial, sendo comercializado por diversas empresas, ou seja, não é específico da empresa FOR HONOR."

4.5. Verifica-se que os pedido de impugnação (**ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**) é tempestivo e que a área técnica corrobora, parcialmente, com as alegações do impugnante, conforme Despacho exarado no bojo do processo sob nº SEI (35823117).

4.6. É importante considerar que a Administração Pública está vinculada aos princípios da eficiência e da economicidade. A Constituição da República de 1988 (CRF/1988) determinou como regra a obrigatoriedade do processo licitatório para toda administração pública, direta, indireta e fundacional nos termos do seu artigo 37, inciso XXI, visando alcançar a proposta mais vantajosa financeiramente e tecnicamente para os interesses da administração no âmbito de suas contratações. Nesse sentido, destacam-se os referidos princípios no que se refere às licitações e aos contratos formalizados pela administração pública. Isso porque tais princípios zelam, respectivamente, por aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos nas contratações e por alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico.

4.7. Dessa forma, considerando a manifestação expressa do Setor Técnico, verifica-se a procedência dos requisitos da impugnação da empresa MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62 e a procedência parcial dos requisitos da impugnação da empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32.

5. DA DECISÃO

5.1. Diante do exposto, recebo a impugnação interposta pela empresa MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62, especialmente pela manifestação da área técnica competente, a qual decido pela **procedência** nos termos das razões acima expostas, em razão dos argumentos lançados nesta manifestação.

5.2. Recebo a impugnação interposta pela empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, especialmente pela manifestação da área técnica competente, a qual decido pela **procedência parcial**, nos termos das razões acima expostas, em razão dos argumentos lançados nesta manifestação.

5.3. Cumpre registrar, que no tocante aos pedidos de impugnação das empresas: MAPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.375.370/0001-62 e Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, CNPJ 33.068.320/0001-32, em razão da complexidade dos assuntos, ambos apreciados pelo Setor Técnico desta Casa de Ensino foi procedida a suspensão do Pregão Eletrônico nº 90002/2024 (objeto: Registro de Preços para a futura e eventual a aquisição de materiais e equipamentos destinados às atividades de Primeiros Socorros em Atividade Policial, em atendimento às necessidades da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF e da Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG/PF) Proc. Adm. nº08204.002493/2023-32, para proceder as devidas alterações no Termo de Referência e/ou anexos. Sanadas todas as questões a nova data será republicada nos mesmos veículos de comunicação anteriormente divulgados no edital e o prazo será recontado nos termos da Lei 14.133/2021.

5.4. Dê ciência às Impugnantes, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.comprasnet.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

SUMAYA S. T. DE SOUZA GUIMRÃES

Agente de Contratação

Chefe Substituta - SPL/DAD/ANP/DGP/PF

DESPACHO:

1. Ciente e de acordo com a decisão.

TARCÍSIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

Agente de Polícia Federal

Coordenador de Administração e Logística

CLOG/DIREN-ANP/PF

DESPACHO:

1. Ciente e de acordo com decisão.

NELSON LEVY KNEIP DE FREITAS MACEDO
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Ensino da Academia Nacional de Polícia- Substituto
DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **TARCISIO JOSE DA SILVA JUNIOR, Gestor Financeiro**, em 25/06/2024, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SUMAYA SANDRA TORRES DE SOUZA GUIMARAES, Agente Administrativo(a)**, em 24/06/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35867997&crc=5713C76D.
Código verificador: **35867997** e Código CRC: **5713C76D**.

Referência: Processo nº 08204.002493/2023-32

SEI nº 35867997